

01/09/2017

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 489.521 RIO
GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: ALVA ROMARINA CORRÊA DA COSTA
ADV.(A/S)	: BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECATÓRIO. JUROS MORATÓRIOS NO PRAZO PREVISTO NO ART. 100, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA VINCULANTE 17. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA.

1. Esta Corte já assentou que a “condenação ao pagamento de juros moratórios firmada na sentença com trânsito em julgado não impede a incidência da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, que afastou a caracterização da mora no prazo constitucional para pagamento de precatórios” (AI 850.091-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia). Precedentes.

2. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, uma vez que não houve prévia fixação de honorários advocatícios de sucumbência.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 25 a 31 de agosto de 2017.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

01/09/2017

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 489.521 RIO
GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: ALVA ROMARINA CORRÊA DA COSTA
ADV.(A/S)	: BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (Relator):

1. Trata-se de agravo interno interposto em 24.07.2017, cujo objeto é decisão que deu provimento ao recurso extraordinário, a fim de *“afastar a incidência de juros moratórios no período previsto no art. 100, § 5º, da Constituição, qual seja, a data de apresentação do precatório e o final do exercício financeiro seguinte à sua apresentação, ainda que o precatório seja pago em atraso”*.

2. A parte agravante alega que o recurso extraordinário não merece conhecimento, uma vez que deve incidir, no caso, a Súmula 283/STF. Sustenta que: (i) não há repercussão geral da matéria objeto do recurso extraordinário; (ii) o acórdão do Tribunal de origem está alinhado com a jurisprudência do STF.

3. É o relatório.

01/09/2017

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 489.521 RIO
GRANDE DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O agravo interno não pode ser provido, tendo em vista que a parte recorrente não traz argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada.

2. De início, registro que não assiste razão à parte agravante quanto à incidência da Súmula 283/STF. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, ao negar seguimento ao recurso especial, tratou de tema que está inserido tanto no âmbito infraconstitucional quanto no constitucional e que foi objeto do recurso extraordinário. Portanto, não há fundamento não impugnado que seja autônomo e suficiente para a manutenção da decisão recorrida.

3. A questão destes autos pressupõe a existência de repercussão geral, tendo em vista que, de acordo com o art. 1.035, § 3º, do CPC/2015, haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que *"contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal"*.

4. Quanto ao mérito, está correta a decisão que deu provimento ao recurso para afastar a incidência de juros moratórios no período previsto no art. 100, § 5º, da Constituição. Com efeito, o regime jurídico dos precatórios é constitucional, decorrendo diretamente da Constituição. Se o Supremo Tribunal Federal entende, nos termos da Súmula Vinculante 17, que, *"durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos"*, decisão judicial, ainda que transitada em julgada, não

RE 489521 AGR-SEGUNDO / RS

pode determinar, na fase de execução, a incidência dos juros moratórios em período diverso do previsto na ordem constitucional. Nessa linha, cito trecho do voto da Ministra Cármen Lúcia no julgamento do AI 850.091-AgR:

“2. Como afirmado na decisão agravada, no julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário n. 591.085, tema com repercussão reconhecida, este Supremo Tribunal Federal assentou que não incidem juros moratórios no precatório complementar quando observado o prazo constitucional disposto no art. 100, § 1º, da Constituição da República:

‘EMENTA: CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIOS. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DURANTE O PRAZO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO PARA SEU PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 100, § 1º (REDAÇÃO ORIGINAL E REDAÇÃO DADA PELA EC 30/2000), DA CONSTITUIÇÃO. I - QUESTÃO DE ORDEM. MATÉRIA DE MÉRITO PACIFICADA NO STF. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CONFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. DENEGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS QUE VERSEM SOBRE O MESMO TEMA. DEVOLUÇÃO DESSES RE À ORIGEM PARA ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 543-B, § 3º, DO CPC. PRECEDENTES: RE 579.431-QO/RS, RE 582.650-QO/BA, RE 580.108-QO/SP, MIN. ELLEN GRACIE; RE 591.068-QO/PR, MIN. GILMAR MENDES; RE 585.235-QO/MG, REL. MIN. CEZAR PELUSO. II - Julgamento de mérito conforme precedentes. III - Recurso provido.’ (RE 591.085-QO-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 20.2.2009).

3. Na espécie vertente, a condenação ao pagamento de juros moratórios firmada na sentença com trânsito em julgado não impede a incidência da jurisprudência deste Supremo

RE 489521 AGR-SEGUNDO / RS

Tribunal, que afastou a caracterização da mora no prazo constitucional para pagamento de precatórios. Não há, portanto, que se falar em incidência de juros de mora.”

5. Em caso análogo ao dos autos, veja-se voto do Ministro Luiz Fux no julgamento do AI 804.231-AgR, decidido pela Primeira Turma desta Corte:

“O Sistema processual adotado pelo código de processo civil, conferindo força à jurisprudência do E. STF no sentido de submeter as corte inferiores ao seu entendimento nos casos de repercussão geral, aproxima-se do regime vigorante na *common law*, que, em essência, prestigia a isonomia e a segurança jurídica, cláusulas pétreas inafastáveis de todo e qualquer julgamento.

Consectariamente, não incide juros de mora no período compreendido entre a data de expedição do precatório e a do efetivo pagamento, se realizado no prazo estipulado constitucionalmente (artigo 100, § 1º, da CF), máxime por que a *res judicata* incide sobre o núcleo declaratório do julgado não incidindo em meros cálculos aritméticos para cuja elaboração revela-se indiferente qualquer ato de cognição com cunho de definitividade.”

6. Ressalta-se que contra o referido acórdão da Primeira Turma foram opostos embargos de divergência, que foram inadmitidos em decisão ratificada pelo Pleno desta Corte, cujo trânsito em julgado deu-se em 04.08.2015. Nessa mesma linha e sobre questão análoga à dos autos: RE 504.194 AgR-ED-ED-ED-EDv-AgR e RE 577.465 AgR-ED-ED-EDv-AgR, Rel.^a Min.^a Rosa Weber.

7. Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, uma vez que não houve prévia fixação de honorários advocatícios de sucumbência.

**SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 489.521 RIO
GRANDE DO SUL**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: ALVA ROMARINA CORRÊA DA COSTA
ADV.(A/S)	: BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O agravo está a merecer provimento. Em primeiro lugar, a mora fica devidamente estabelecida e revelada com a propositura da ação e citação do devedor. Em segundo, o precatório projeta no tempo a satisfação do débito. Isso não implica a suspensão da mora, no que o devedor acabaria locupletando-se a partir de algo que já se mostra excepcional, ou seja, o prazo maior para a liquidação. O artigo 100 da Constituição Federal encerra a necessidade de o débito ser satisfeito na totalidade, sem que se possa versar período de afastamento da incidência dos juros da mora. O que se nota comumente é não serem liquidados os débitos, gerando um círculo vicioso. Provejo o agravo para restabelecer a decisão prolatada pelo ministro Joaquim Barbosa, no que negado seguimento ao extraordinário.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 489.521

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : ALVA ROMARINA CORRÊA DA COSTA

ADV.(A/S) : BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA (DF015777/)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 25 a 31.8.2017.

Composição: Ministros Marco Aurélio (Presidente), Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Disponibilizou processo para esta Sessão o Ministro Edson Fachin, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Alexandre de Moraes por sucedê-lo na Primeira Turma.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma